

## O software público e a riqueza nacional

Pensar no software como riqueza nacional não é mero tecnicismo, pressão de interesses do mercado ou um simples modismo. Na Era da Informação trata-se de uma necessidade estratégica para o País. A linha de defesa do software como riqueza pode ser encontrada desde 2000, quando o governo brasileiro definiu o conhecimento, a informação, a criatividade e a inovação como fatores de riqueza [1]. O software se insere em todos esses fatores o que pode configurá-lo como um bem passível de se tornar uma riqueza nacional.

O primeiro desafio posto ao País é como transformar as intenções expressas nos documentos oficiais do governo em resultados palpáveis, evitando que a distância entre a intenção e a efetividade da ação possa conduzir ao esquecimento de determinada política estratégica.

No livro “A Riqueza e Pobreza das Nações: por que são algumas tão ricas e outras tão pobres” [2], apesar dos estudos de David S. Landes serem considerados pouco científicos para alguns críticos do meio acadêmico, verifica-se de forma direta um recado em seu título: algumas nações conseguem acumular e distribuir riquezas, enquanto outras não. Neste contexto, a decisão pela forma de utilização do software por algum país será determinante na formação e distribuição de sua riqueza no futuro.

Em sua obra, Landes chega a arriscar um fator sobre a desigualdade: “Há 250 anos a diferença entre o mais rico e o mais pobre seria de 5 para 1, mas hoje entre Suíça e Moçambique é de 400 para 1”. Isto significa, segundo o autor, que desde os estudos da economia clássica até o preponderante estágio neoliberal, a humanidade não foi capaz de inverter a freqüente concentração de riqueza.

Leo Huberman, na História da Riqueza do Homem [3], observa que a formação da riqueza ao longo da história ocorre por diversas influências sócio-econômicas. Huberman descreve um dos primeiros grandes movimentos de formação da riqueza no Estado nacional: a concentração econômica [4]. Podemos recordar, com facilidade, do período colonial, quando todo ouro extraído do nosso país (colônia na época) era encaminhado à metrópole, Portugal. São inúmeros os exemplos de centralização econômica, mas o interessante é percebermos que ao longo do tempo o modelo de concentração econômica se transformou, se aperfeiçoou, se modernizou, mas continuou gerando desigualdades crescentes.

As desigualdades sociais e a concentração econômica, estudadas por Landes e Huberman, nos remetem a mais dois desafios: i) como vamos criar processos de geração de riqueza que sejam menos centralizados e, ii) como evitaremos que esta riqueza gere benefícios acumulados em grande escala para uma parte do planeta, excluindo a outra.

Os dois autores fundamentam uma análise histórica e social para ilustrar a transição da riqueza na sociedade através do tempo e dimensionar o comportamento e influências da mesma na economia. O que eles nos ensinam sobre o comportamento da economia pode ser percebido com facilidade nas alterações e potencialidades econômicas contemporâneas, advindas do setor de serviços, da indústria do entretenimento, do mercado de capitais e da tecnologia da informação e comunicação.

Diante desse cenário de novas possibilidades econômicas surge a importância de pensar o software como riqueza nacional. Este bem, potencial em se tornar riqueza, merece uma política própria. Marcos Brafman, vice-presidente da Assespro Nacional, afirma que “o software seguramente será responsável, nos próximos anos, pelos maiores índices de crescimento na economia mundial. Vários países já têm na indústria de software um dos pilares mais importantes do seu desenvolvimento econômico” [5].

Entretanto, surge um quarto desafio que tem suas bases no próprio bem software: a transição de licenciamentos restritivos para licenciamentos públicos. Isto se deve ao fato de que toda a ancoragem de licenciamento tradicional tem a sua base em modelos de licenças proprietárias, o que aumentou a concentração do conhecimento, da informação, da inovação e da riqueza potencial do bem software nas mãos e mentes de poucos. Não se propõe com esta tese uma ruptura com o

modelo de licença vigente, nem intervenção estatal, e muito menos combater os modelos de licenciamento abertos, livres ou sem restrições [6]. Digamos que a produção de software pelo mercado tem resolvido bem esta equação entre diversos modelos de licenças.

A idéia de tratar o software como um bem público é justamente criar um conjunto de serviços que devem ser estruturados antes, durante e depois da liberação de um software, com base nas prerrogativas legais e administrativas do país. Esse conjunto de prerrogativas faz com que primeiro seja adotada uma licença não restritiva para a sociedade; segundo que o software não seja tratado somente do ponto de vista tecnológico, mas também na dimensão de política pública e por último pelo elenco de serviços prestados ao cidadão, a partir do uso comum desse bem.

Uma definição de imediato precisa ser esclarecida: o software como um bem público, não significa público-estatal. A defesa não é de uma nova reserva de mercado ou de um mercado restrito à informática pública. O governo não participa como elemento concorrencial, mas na condição de um facilitador na consecução dos objetivos estratégicos do país. O seu papel é de fomentar, desenvolver e induzir o crescimento. O governo assume uma nova prestação de serviço público: gerir o bem software disponibilizado para toda sociedade.

A riqueza, pela predominância econômico-cultural atual, é na maioria das vezes associada à quantidade de bens e valores acumulados, traduzidos em valor financeiro, e não pela abundância ou fertilidade. Embora sinônimos de riqueza, estes dois últimos podem não necessariamente redundar nos primeiros.

Algumas nações, ao investirem na educação, não se preocuparam de imediato com o retorno financeiro, mas pela “fertilidade” proporcionada pela educação. Certo que ao tornar o solo fértil também se obterá riquezas mais sustentadas no futuro. O necessário é encarar o software não somente pela capacidade de acumular a riqueza, traduzida em valores monetários (isto o mercado privado já resolve), mas pela sua abundância, pela sua capacidade de propagar um grupo de efeitos férteis e promissores. São exemplos destes efeitos: o aumento do acervo de soluções nacionais; o crescimento do número de prestadores de serviço para o setor de TI; a sinergia dos setores da economia para a produção de soluções informatizadas; a melhoria da qualidade das soluções desenvolvidas no país; a criação de pequenos e médios negócios.

Estes efeitos são fundamentais para se pensar o país no futuro e, certamente, em posteriores resultados econômicos. O maior de todos os desafios (dentre os já apresentados no artigo) é começar a trilhar uma política de Estado capaz de promover o software em riqueza nacional. O momento é de estruturar a inserção do setor público de maneira protagonista na produção e disponibilização de software, que seja capaz de prover uma sinergia em todos os setores da economia.

O primeiro passo é tornar o software objeto de uma política pública para se definir adequadamente o seu modelo de desenvolvimento, de distribuição e de investimento. Pensar o software nesse contexto significa delinear o papel que caberá a cada setor da economia em seu desenvolvimento, criar o marco jurídico-administrativo que sustente esse novo serviço por parte do governo e inserir a discussão conceitual do bem público software em toda a sociedade, o transformando em riqueza nacional.

Notas:

[1] Livro Verde, Sociedade da Informação no Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, pág. 9 “Em um mundo em que conhecimento, informação, criatividade e inovação são fatores de riqueza, ...”

[2] A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres, de David S. Landes. Tradução de Lucínia Azambuja. Gradiva, 2001, 760 pp.

[3] Léo Hubermann, História da Riqueza do Homem, 1976, Editora Zahar, 11a edição, Rio. (traduzido da 3a edição, publicada em 1959). tradução Waltensir Dutra.

[4] “Era preciso considerar não o que seria melhor para cidade de Southamptom, Lyons ou Amsterdã, mas o que seria melhor para Inglaterra, França ou a Holanda. Queriam transferir para o plano nacional os princípios que haviam tornado as cidades ricas e importantes.”, Léo Hubermann, pág.129, História da Riqueza do Homem.

[5] O Desafio do Software Nacional Perante a Convergência Digital, Marcos Brafman, Revista Fonte, Ano 2, n 2, Prodemge, pág. 41. A Assespro é a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet.

[6] O interesse não é tratar das categorias de licença existentes. As informações sobre os diversos modelos de licenciamentos podem ser encontrados nos endereços: [www.fsf.org](http://www.fsf.org) [1]; [www.gnu.org](http://www.gnu.org) [2]; [www.opensource.org](http://www.opensource.org) [3].